



2
47

**CONTRATO-PROGRAMA
DE
DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO REGIONAL
Nº OTPR/05/2025**

Objeto:

APOIO À ORGANIZAÇÃO TÉCNICA DE PROVAS REGIONAIS

Outorgantes:

- 1. Federação Portuguesa de Vela**
- 2. Associação Regional de Vela da Madeira**

22/03/2025

**CONTRATO-PROGRAMA PARA APOIO À ORGANIZAÇÃO TÉCNICA DE
PROVAS DE ÂMBITO REGIONAL
Nº OTPR/05/2025**

Entre:

1. **Federação Portuguesa de Vela**, adiante designada por **F.P.V.** ou primeira outorgante, representada por **António Barros**, na qualidade de Presidente;
2. **Associação Regional de Vela da Madeira**, adiante designada por **A.R.V.M.** ou segundo outorgante, representada por **Sérgio Jesus**, na qualidade de Presidente e **Luís Ornelas**, na qualidade de Vice-Presidente;

O presente protocolo para apoio à Organização Técnica de Provas de âmbito Regional, rege-se pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1^a

Objeto do contrato

Constitui objeto do presente contrato a concessão de uma comparticipação financeira, a qual se destina à organização, no decurso do corrente ano, do quadro competitivo regional.

CLÁUSULA 2^a

Período de vigência do contrato

O prazo de execução do programa objeto de comparticipação financeira ao abrigo do presente protocolo termina em **31 de dezembro de 2025**.

CLÁUSULA 3^a

Comparticipação Financeira

A comparticipação financeira a prestar pela F.P.V. ao segundo outorgante é do montante de **3.800,00 euros**.

CLÁUSULA 4^a

Disponibilização de participação financeira

A participação prevista na cláusula 3^a será disponibilizada logo que a F.P.V. considere que as provas foram corretamente homologadas e que o segundo outorgante cumpriu com o estipulado neste protocolo, em especial na cláusula 5^a.

CLÁUSULA 5^a

Obrigações do segundo outorgante

São obrigações do segundo outorgante:

- A) Executar o protocolo para apoio à organização técnica de provas, que constitui o objeto do presente protocolo.
- B) Nomear, ao abrigo dos regulamentos desportivos da F.P.V., pelo menos 1 Oficial de Regata e um Juiz para cada prova.
- C) Comparticipar no pagamento aos Oficiais de Regata, Juízes, Árbitros, Medidores e Classificadores Funcionais nomeados pela A.R.V.M., tal como definido nos Regulamentos da F.P.V.
- D) Prestar todas as informações bem como apresentar cópias dos comprovativos da efetiva realização da despesa acerca da execução deste protocolo, quando solicitado.
- E) Garantir que as provas se realizaram cumprindo as Regras de Regata à Vela, os Regulamentos da World Sailing e os Regulamentos da F.P.V.
- F) Verificar a execução técnica de cada prova, verificando a sua homologação, ou não homologação, ao abrigo das RRV e regulamentos da F.P.V.

CLÁUSULA 6^a

Incumprimento das obrigações do segundo outorgante

1. O incumprimento, por parte do segundo outorgante, das obrigações abaixo discriminadas, implica a suspensão das participações financeiras do primeiro outorgante:
 - a. Das obrigações referidas na cláusula 5^a do presente contrato-programa;
 - b. Das obrigações constantes outros contratos-programa/protocolos celebrados com o primeiro outorgante;
 - c. Qualquer obrigação decorrente das normas legais em vigor.
2. O incumprimento culposo das obrigações atrás referidas concede ao primeiro outorgante, o direito de resolução do presente contrato-programa e de reaver todas as quantias entretanto pagas.

3. Caso as comparticipações financeiras concedidas pelo primeiro outorgante não tenham sido aplicadas na competente organização do quadro competitivo regional, conforme definido na cláusula 1^a, o segundo outorgante obriga-se a restituir ao primeiro outorgante os montantes não aplicados e já recebidos.

CLÁUSULA 7^a

Tutela Inspetiva do Estado e fiscalização da FPV

Compete ao IPDJ, I.P. fiscalizar a execução do contrato-programa, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias, ou determinar a realização de uma auditoria por entidade externa, sendo que ao abrigo do Artigo 7º do Decreto-Lei nº 273/2009, as ações inspetivas aí enunciadas podem ser tornadas extensíveis à execução do presente contrato-programa.

Compete também à FPV fiscalizar a execução do contrato-programa, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias, ou determinar a realização de uma auditoria por entidade externa.

CLÁUSULA 8^a

Entrada em vigor

O presente contrato-programa produz efeitos desde **1 de janeiro de 2025**.

Lisboa, 18 de dezembro de 2025

O Presidente da Federação
Portuguesa de Vela


António Barros

António Barros

O Presidente da Associação
Regional de Vela da Madeira

